Intervenção do Deputado Regional do PCP, Aníbal Pires, no encerramento do debate sobre a Proposta de Programa do X Governo Regional

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Horta, 11 de Dezembro de 2008

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo Regional
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Temos assistido, nos últimos anos à crescente desvalorização dos rendimentos do trabalho, que conjugada com a alta da taxa de inflação e com os efeitos da crise financeira internacional deixam as famílias e as pequenas e médias empresas à beira de uma crise de nervos.

À crise internacional, reconhecidamente, a Região não ficou imune e os seus efeitos há muito se sentem, quer na diminuição do rendimento disponível das famílias, quer nas imensas dificuldades porque passam os pequenos e médios empresários. E esta realidade, ou seja, os efeitos que a crise financeira internacional e da sua extensão à actividade económica produzem na Região Autónoma dos Açores são reais. E há muito que vínhamos a afirmá-lo com a propriedade de quem procura intervir no pano político com conhecimento da realidade sentida e vivida pelos trabalhadores, pelas famílias, pelos pequenos e médios empresário e, não apenas porque a RTP Açores o tivesse mencionado por 32 vezes no mesmo serviço noticioso, nem mesmo pelo facto do Senhor Presidente do Governo Regional finalmente o ter admitido.

É hoje claro para todos que a crescente desvalorização dos rendimentos do trabalho, em ligação com os efeitos da crise financeira e uma elevada taxa de inflação regional nos mantêm, apesar do crescimento do PIB regional, como uma das regiões do país e da União Europeia onde as desigualdades na distribuição da riqueza são mais profundas, ou seja, continuamos hoje, como em 1996, a ser uma das regiões mais pobres e desiguais da formação social, económica e política (Portugal e a União Europeia) onde nos inserimos.

E, quanto a esta questão, tal como a outras, o X Governo Regional no seu Programa diz um incontável número de vezes que vai conseguir, continuar e aprofundar as mesmas receitas que tem aplicado até agora.

Bem! Não temos dúvidas que as ilhas açorianas são ilhas de futuros mas um futuro cada vez bem menos cor-de-rosa que aquele que o X Governo Regional prometeu e promete às açorianas e aos açorianos.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo Regional
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Como já aqui tivemos a ocasião de afirmar, este Programa de Governo apresenta-nos um conjunto de ideias avulsas, em estreito alinhamento com as políticas do PS no Governo da República.

E esse alinhamento é dolorosamente claro na área do ensino e da educação, aliás em bom rigor e porque consideramos que a verdade não deve ser escamoteada, a Região, pela mão do anterior Secretário da tutela da Educação, foi inovadora. Quando do continente vinham algumas exclamações sobre as alterações que se iam introduzindo no Sistema Educativo, a resposta dos professores açorianos era, invariavelmente: "nos Açores já é assim."

Não há dúvida as políticas educativas dos governos do PS Açores foram inovadoras.

Mas, nem sempre inovação é sinal de progresso, nem sempre inovação é sinónimo de elevação dos níveis de qualidade e, neste importante sector, de cuja qualidade depende o futuro das ilhas, a quantidade deu lugar à qualidade.

Na Educação a satisfação estatística foi, e continua a ser, o grande desígnio dos governos de Carlos César. E isto é muito pouco!

Oportunidades para debater este sector não faltarão, não obstante, ainda direi que, lendo o Programa de Governo e ouvindo a Senhora Secretária Regional da Educação e Formação dizer que está disponível para dialogar com os professores e fazer alterações no sistema de avaliação do desempenho da função docente, ficou demonstrado, não só, o alheamento e desconhecimento da situação real que se vive nas Escolas, mas também, a interpretação redutora do descontentamento, do mau estar e até da conflitualidade latente que se vive no seio dos educadores e professores.

Não se trata Senhora Secretária da Educação e Formação de um problema corporativo.

Não se trata Senhora Secretária Regional da Educação de alterar apenas o modelo de avaliação do desempenho.

O mal-estar, o descontentamento, a desmotivação a conflitualidade latente que se vive nas Escolas e que já começou a transbordar para as ruas, note bem Senhora Secretária Regional da Educação e Formação, não decorre apenas das questões do Estatuto Regional da Carreira Docente, o mal-estar, o descontentamento, a desmotivação dos educadores e

professores decorre, não tenha dúvidas Senhora Secretária Regional da Educação, decorre da falência das políticas educativas construídas pelos I, II e III Governos do PS Açores e que a Senhora herdou.

Mas o mal-estar e desmotivação sentidos nas escolas da Região não são de agora. A actual onda de contestação é o resultado de anos de políticas erradas para o sector da educação, que pesam sobre a escola pública. Há que pôr fim aos horários de trabalho pedagogicamente inadequados, aos condicionalismos que cerceiam os direitos de protecção na doença e às orientações que desrespeitam a habilitação dos docentes e o conteúdo funcional da profissão, que descaracterizam a essência da profissionalidade dos educadores e professores e professores, ou que desincentivam quem pretende melhorar as suas qualificações profissionais. A estas e outras preocupações o Programa de Governo não dá resposta.

Nem mesmo a apologia de modelos importados que nada têm a ver com a nossa realidade, feita pela sombra da Secretária Regional de Educação e Formação, sustentada por um incontável número de citações avulsas disfarçam a falência das políticas educativas dos governos do PS Açores.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhoras e Senhores membros do Governo,

Mas também em relação às questões relacionadas com a Base das Lajes este governo apresenta uma postura seguidista e distanciada da defesa dos interesses dos Açores.

E já que falamos da Base das Lages é bom que se clarifique que sobre a introdução de novas valências ou sobre o destino que deve dar-se àquela infraestrutura militar não pode aplicar-se o referendo regional, uma vez que as matérias dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional são competência exclusiva do Estado.

O PCP Açores considera, no entanto, que compete à Região, através dos seus órgãos de governo próprio exigir ao Governo da República que o relacionamento entre bilateral entre Portugal e os Estados Unidos deve partir do reconhecimento da dignidade mútua de ambos os parceiros e que os interesses dos Açores devem ser salvaguardados.

Os Açores têm uma importância estratégia e devem saber potenciar a seu favor esse facto. No entanto, o Governo Regional não coloca nenhuma condição de princípio em relação à negociação de um novo quadro de relacionamento, não são concretizados nem alvo de

qualquer quantificação previsional os eventuais custos e presumíveis prejuízos das novas valências da Base e, apesar de mencionar que existirão as devidas contrapartidas, ficamos sem saber quais são ou deveriam ser, para além das que os EUA decidirem bem entender dar de esmola, enquanto utilizam o território do arquipélago dos Açores para movimentar livremente a sua máquina de guerra, mesmo das formas mais ocultas e sinistras, com os conhecidos prejuízos para a segurança e paz mundial.

Ainda neste âmbito, o Governo não enfrenta na origem o problema social dos repatriados, fazendo-lhes apenas uma vaga menção, sem nenhuma correspondência em termos de medidas, com vista, por exemplo, a travar a injusta, discriminatória e desumana política de repatriamento por parte dos EUA, o que poderia ser obtido, por exemplo, ao nível das contrapartidas da Base das Lajes.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo Regional
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

O PCP e a CDU Açores procurou neste debate, pese embora as enormes limitações do tempo que dispõe para intervir, demonstrar que existe um caminho alternativo ao que o PS se propõe percorrer. Procurámos demonstrar que o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das famílias não são inevitáveis, que as assimetrias regionais não são inultrapassáveis, que a defesa dos interesses da nossa região perante o exterior não é incompatível com a manutenção das necessárias relações de amizade entre os povos.

Para trilhar este caminho alternativo e procurar, no diálogo construtivo, as soluções que de facto interessam ao povo açoriano, podem contar com a CDU.

Para com o nosso voto darmos cobertura à continuação da política da inevitabilidade dos sacrifícios para os mais fracos, do acrescentar das desigualdades, da subserviência e tibieza na defesa dos interesses reais dos açorianos, não, para isso Não!

Horta, 11 de Dezembro de 2008

Aníbal Pires